
Instituto Sou da Paz

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016
e relatório do auditor independente***





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores
Instituto Sou da Paz

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Sou da Paz ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

O Instituto Sou da Paz, por ser uma entidade sem fins lucrativos, tem parte de suas receitas provenientes de doações e contribuições de terceiros. Como essas doações e contribuições de terceiros são espontâneas, estas só podem ser identificadas se registradas. E por essa razão, nossas verificações dessas receitas considerou, exclusivamente, os valores constantes dos registros contábeis. Nosso relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 continha menção a este mesmo assunto.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Instituto Sou da Paz

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

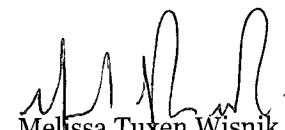
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de abril de 2017


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Melissa Tuxen Wisnik
Contadora CRC 1SP221490/O-0

Instituto Sou da Paz
Balanco Patrimonial
Em reais

Ativo	Em 31 de dezembro de 2016	Em 31 de dezembro de 2015	Passivo e patrimônio líquido	Em 31 de dezembro de 2016	Em 31 de dezembro de 2015
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	6.106.583	5.109.011	Fornecedores	27.878	10.467
Valores a receber (Nota 6)	1.134.175	1.444.554	Outras obrigações (Nota 13)	535.550	598.759
Outros créditos (Nota 7)	33.466	15.629	Outras contas a pagar (Nota 16)	65.008	29.469
Despesas antecipadas	7.697	1.147	Provisão para Contingência Fiscal (Nota 15(a))	-	14.000
	<u>7.281.921</u>	<u>6.570.341</u>		<u>628.436</u>	<u>652.695</u>
Não circulante			Não circulante		
Aplicações financeiras (Nota 8)	193.669	181.439	Obrigações para projetos não realizados (Nota 14)	2.106.082	1.731.378
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa (Nota 8)	(193.669)	(181.439)		<u>2.106.082</u>	<u>1.731.378</u>
Depósitos Judiciais (Nota 9)	46.256	-			
	<u>46.256</u>	<u>-</u>	Total do passivo	<u>2.734.518</u>	<u>2.384.073</u>
Permanente					
Imobilizado (Nota 10 (a))	355.860	331.390	Patrimônio líquido (Nota 17)		
(Depreciação acumulada) (Nota 10 (b))	(247.296)	(214.725)	Patrimônio líquido	4.703.094	4.305.070
Intangível (Nota 11)	34.213	34.213	Patrimônio social	4.703.094	4.305.070
(Amortização acumulada) (Nota 11)	(33.342)	(32.076)			
	<u>109.435</u>	<u>118.802</u>			
Total do ativo	<u>7.437.612</u>	<u>6.689.143</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>7.437.612</u>	<u>6.689.143</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Sou da Paz

Demonstrações do Resultado do Exercício Exercícios findos em 31 de dezembro Em reais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas		
Contribuições e participações vinculados a projetos (Nota 12(a))	2.703.545	2.299.778
Donativos (Nota 12(d))	1.420.613	1.044.156
Receitas com gratuidades (Nota 20)	219.035	549.868
	<u>4.343.193</u>	<u>3.893.802</u>
Custos com projetos (Nota 12(b))		
Projeto OSI Institucional	(1.020.265)	(735.485)
Projeto Prêmio Polícia Cidadã	(334.838)	(160.728)
Projeto Executive Fund	(322.233)	(214.700)
Projeto Adolescentes	(191.391)	-
Projeto Câmeras Cidadãs	(138.749)	-
Projeto Sou da Paz Analisa	(129.151)	-
Projeto Pesquisa Política de Redução de Homicídios	(121.140)	-
Projeto Troca de Tecnologias Sociais	(85.383)	-
Projeto Pesquisa de Processamento de Homicídios	(82.023)	-
Projeto Mecanismo de Participação na Segurança Pública	(78.094)	-
Projeto PSC	(76.641)	-
Projeto Reincidência Juvenil	(73.396)	-
Projeto Balanço e Gestão de Metas na Segurança Pública	(71.797)	-
Projeto Pacto Nacional para Redução de Homicídios	(68.917)	-
Projeto Protestos Seguros	(29.300)	-
Projeto Boletim de Roubo	(27.831)	(420.866)
Projeto PMEC's	(666)	(121.037)
Projeto Família na Rede de Proteção	(362)	(188.276)
Projeto Redução da Violência Armada	-	(114.422)
Projeto Open Society	-	(109.237)
Projeto Agenda Prioritária de Segurança Pública	-	(104.460)
Projeto Abordagem Policial	-	(33.649)
Projeto Prisão Provisória	-	(238.802)
	<u>(2.852.177)</u>	<u>(2.441.662)</u>
Despesas Operacionais e Administrativas		
Despesas com pessoal (Nota 12 (c))	(1.293.220)	(1.663.924)
Despesas gerais e administrativas (Nota 12 (c))	(271.507)	(594.122)
Provisão para perda (Nota 8)	(12.230)	(181.439)
Reversão/ provisão de contingência (Nota 15 (a))	14.000	(14.000)
Despesas com Gratuidades (Nota 20)	(219.035)	(549.868)
	<u>(1.781.992)</u>	<u>(3.003.353)</u>
Superávit/(Déficit) Operacional	<u>(290.976)</u>	<u>(1.551.213)</u>
Receita com aplicações financeiras	821.809	772.819
Despesas financeiras	(132.809)	(82.078)
Resultado financeiro (Nota 5 (c))	<u>689.000</u>	<u>690.741</u>
Superávit/(déficit) do exercício	<u>398.024</u>	<u>(860.472)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Sou da Paz

Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em reais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Superávit/déficit de caixa das atividades operacionais		
Superávit/(déficit) do exercício	398.024	(860.472)
Doação de ativo imobilizado	4.890	8.805
Depreciações/amortizações	36.005	36.202
(Reversão)/provisão de contingência	(14.000)	14.000
Provisão para perdas	12.230	181.439
Superávit/(déficit) do exercício ajustado	<u>437.149</u>	<u>(620.026)</u>
(Aumento)/redução de aplicações financeiras	(12.230)	(11.930)
(Aumento)/redução de valores a receber	310.379	(999.352)
(Aumento)/redução de outros créditos	(17.837)	52.081
(Aumento)/redução de despesas antecipadas	(6.550)	(302)
(Aumento)/redução de depósitos judiciais	(46.256)	-
Aumento/(redução) de fornecedores	17.411	4.255
Aumento/(redução) de outras obrigações	(63.209)	61.080
Aumento/(redução) de outras contas a pagar	35.539	19.116
Aumento/(redução) de obrigações p/ proj. não realizados	374.704	81.438
Caixa líquido Gerado/(utilizado) nas atividades operacionais	<u>1.029.100</u>	<u>(1.413.640)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(31.528)	(27.935)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimento	<u>(31.528)</u>	<u>(27.935)</u>
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>997.572</u>	<u>(1.441.575)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.109.011	6.550.586
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>6.106.583</u>	<u>5.109.011</u>
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>997.572</u>	<u>(1.441.575)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Sou da Paz

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Em reais

	Patrimônio Social	Superávit/ (déficit) acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2014	5.165.542	-	5.165.542
Déficit do exercício		(860.472)	(860.472)
Incorporação do déficit ao patrimônio social	(860.472)	860.472	-
Em 31 de dezembro de 2015	4.305.070	-	4.305.070
Superávit do exercício		398.024	398.024
Incorporação do superávit ao patrimônio social	398.024	(398.024)	-
Em 31 de dezembro de 2016	4.703.094	-	4.703.094

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Sou da Paz

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em reais

1 Contexto operacional

O Instituto Sou da Paz (“Instituto”) é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), sem fins lucrativos, de âmbito nacional, e tem como missão contribuir para a efetivação de políticas públicas de segurança e prevenção de violência que sejam eficazes e pautadas pelos valores da democracia, da justiça social e dos direitos humanos, por meio da mobilização da sociedade e do Estado e da implementação e difusão de práticas inovadoras nessa área. Para isso, foca seu trabalho em três grandes áreas: Gestão do Conhecimento, Prevenção da Violência e Sistema de Justiça Criminal.

Os projetos acontecem principalmente na região metropolitana de São Paulo, e os trabalhos de assessoria e mobilização têm abrangência nacional e global.

Os projetos executados durante 2016 foram:

(a) Prêmio Polícia Cidadã 2015 e 2016

Com a 7ª Edição lançada em 2015, o projeto identificou e premiou boas práticas policiais que contribuíram para a redução de roubos e estão alinhadas a princípios estabelecidos como valorização da vida, respeito aos direitos humanos, integração, etc. Os projetos contemplados receberam prêmios em dinheiro em uma cerimônia pública com autoridades e familiares, realizada para mais de 1000 convidados no Teatro Municipal de São Paulo.

(b) Mecanismos de Participação na Segurança Pública

Trata-se de estudo compartilhado com o Ministério da Justiça e apoiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, para a análise de homicídios intencionais em cidades de diferentes regiões do Brasil, identificando as características da vítima, as circunstâncias de suas mortes e os motivos dos criminosos. Além disso, o estudo avaliou como as investigações de homicídio foram realizadas nessas áreas: estrutura das delegacias, pessoal envolvido, dinâmica de escritório, porcentagem de casos de homicídio resolvidos e duração das investigações. O produto final integrou um relatório com as principais conclusões e recomendações técnicas.

(c) Troca de Tecnologias Sociais

O projeto tem por objetivo, promover seminário de trocas de tecnologias sociais entre diversos atores da sociedade civil e poder público, em âmbito nacional e internacional, para um debate aprofundado de experiências que trabalham com esse público, visando influenciar políticas públicas. São mapeadas diversas experiências, e debatidas suas questões metodológicas em sala com 20 instituições especializadas, com a presença de setores do poder público. Como produto do encontro será feita a sistematização e disseminação das discussões.

(d) Pesquisa de Processamento de Homicídios

Pesquisa em parceria com a Associação Brasileira de Jurimetria por meio de edital do Ministério da Justiça sobre o processamento policial e judicial de homicídios. Combinando metodologias qualitativas e quantitativas inovadoras, aferimos os impactos nacionais da ENASP (Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública) e os impactos detalhados em três estados de diferentes regiões: Alagoas, Santa Catarina e São Paulo.

Instituto Sou da Paz

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em reais

A pesquisa identificou o status atual do processamento de homicídios no país, além de boas práticas e dificuldades que possam nortear projetos práticos e alterações normativas sobre as quais trabalharemos em 2017 para melhorar a eficácia do processamento de homicídios no país.

(e) Pacto Nacional para Redução de Homicídios

Entrega de dois diagnósticos à Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça a respeito do fenômeno do homicídio doloso e políticas públicas de prevenção e repressão nos Estados de São Paulo e Paraná.

Um deles publicou pesquisa sobre os procedimentos e fluxo das investigações de homicídio em municípios selecionados na Bahia, Espírito Santo e Rio Grande do Sul.

O outro, contou com as análises e redação de relatório sobre a vitimização e letalidade policial na Cidade de São Paulo, com base em mais de 700 Boletins de Ocorrência e uma revisão da literatura sobre o tema.

(f) Boletim de Roubos

Inicialmente planejado para diagnosticar a rotina de atendimento de algumas delegacias na cidade de São Paulo, a fim de propor alternativas e propostas para melhoria da gestão, o projeto foi reorganizado e constituiu como objetivo, o estudo da investigação do fenômeno roubo a partir do modelo do boletim de ocorrência e o impacto na investigação dos casos.

Um dos resultados da publicação foi a criação de uma proposta de melhoria dos registros criminais de São Paulo e a apresentação desta proposta a diversos atores governamentais.

(g) Sou da Paz Analisa

Publicação de 3 Boletins sobre as estatísticas criminais em São Paulo com informações inéditas a respeito da letalidade e vitimização de policiais, panorama dos casos de estupro em São Paulo e natureza de prisões efetuadas nas três regiões do Estado. Os levantamentos tiveram grande repercussão na imprensa, comprava nas publicações da imprensa nos sites abaixo:

Panorama do Estupro: Folha de São Paulo: <http://migre.me/v5wFy>

SPTV 1ª edição: <http://migre.me/v5wIH>

Letalidade e vitimização Policial - G1: <http://migre.me/v5wLG>

(h) Balanço e Gestão de Metas na Segurança Pública

Em conjunto com o Instituto de Segurança Pública e Secretaria da Segurança Pública do Rio de Janeiro, realizamos o “Seminário de Balanço das Políticas de Gestão para Resultados na Segurança Pública” para trocar experiências e identificar aprendizados nas políticas de redução de crimes orientadas por resultados. O workshop reuniu representantes dos estados de Alagoas, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo.

Com os apontamentos levantados no debate produzimos uma publicação que sistematizou as experiências discutidas para ser disseminada entre gestores de segurança pública de diferentes estados brasileiros.

Instituto Sou da Paz

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 **Em reais**

(i) Executive Fund

Apoiado através de um fundo de recursos da Open Society Foundation, o projeto encerrado nesse ano, teve como objetivo financiar novas gestões executivas, proporcionando recursos para a implantação de estratégias e metas, ampliando as possibilidades para que a nova liderança possa instituir ferramentas para o desenvolvimento institucional.

(j) OSI Institucional

Financiado pela Open Society Institute, atuamos em duas grandes frentes: *(i)* na Área de Sistema de Justiça Criminal, projetos voltados às instituições diretamente responsáveis por atuar em resposta a uma situação de crime ou violência, seja na área das polícias, do sistema de justiça ou do sistema penitenciário. As metodologias desenvolvidas, sempre em parceria com estas instituições, buscam aprimorar essa atuação; e *(ii)* No campo de Advocacy, Intensificamos as atividades estruturadas a partir do monitoramento do debate público sobre a segurança pública e a violência, especialmente no Congresso Nacional, além do mapeamento de atores-chaves deste debate e no desenvolvimento de estratégias para incidir na melhoria das políticas públicas. O foco principal de atuação se concentrou no controle de armas de fogo e na reforma do modelo brasileiro de segurança pública.

(k) Professor Mediador Escolar e Comunitário (PMECs)

Projeto de intervenção em cinco escolas da rede estadual de ensino, situadas na região da Brasilândia, focando o trabalho realizado pelos PMECs. Atingimos resultados tal qual a qualificação técnica e teórica do corpo pedagógico acerca das medidas socioeducativas e o adolescente em conflito com a lei, por meio de encontros mensais formativos; assim como a ampliação, pelos PMECs, de seus campos de intervenção e articulação; e o apoio aos alunos na construção de lugares de participação nas escolas, buscando o reconhecimento do espaço escolar como efetivamente pedagógico e facilitador de boas experiências. Participantes relataram mudanças, tais como: elevação das notas e da participação dos alunos nas aulas; redução das situações de indisciplina; relação mais respeitosa e colaborativa entre alunos e professores; maior conhecimento destes em relação aos alunos, promovido pela escuta coletiva e continuada ao longo dos encontros.

(l) Câmeras Cidadãs

A partir do “Câmera Cidadã”, projeto que potencializa a inteligência na área de segurança pública por meio de parcerias entre a iniciativa privada e o poder público, estamos trabalhando na cidade de Campinas/São Paulo, para contribuir nos protocolos de atendimento às ocorrências da Central Integrada de Monitoramento de Campinas, além de oferecer recomendações para fortalecer o projeto, como forma de estimular o debate sobre o papel do setor privado junto aos formuladores de políticas públicas.

(m) Adolescentes em Alta Vulnerabilidade SMSE (Projeto Adolescentes)

O projeto objetiva aprimorar o atendimento ao adolescente em conflito com a lei, elaborando estratégias, em conjunto com a equipe técnica do serviço, para fortalecer o trabalho socioeducativo. A atuação se estrutura em quatro eixos fundamentais: formação continuada dos profissionais, reflexão das práticas socioeducativas, articulação de oportunidades para os adolescentes e jovens e articulação em rede.

Instituto Sou da Paz

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 **Em reais**

No ano de 2016, as ações do projeto foram realizadas em dois Serviços de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto da área de abrangência da Subprefeitura Freguesia/Brasilândia. A construção participativa e democrática é princípio fundamental para realização do projeto, sendo que em cada serviço fora realizado plano de ação para atender suas expectativas e demandas relativas ao trabalho socioeducativo.

(n) Fortalecendo a Prestação de Serviço à Comunidade (PSC)

O projeto foi elaborado a partir do diagnóstico de desafios enfrentados por profissionais e adolescentes em relação a esta medida socioeducativa. Como objetivos centrais, promove o debate e o aprimoramento do acompanhamento da PSC, contribuindo para sua qualificação a partir do viés pedagógico e da efetiva responsabilização do adolescente. Em 2016 realizamos o diagnóstico inicial, com a escuta das unidades acolhedoras da PSC – atividades, potencialidades e desafios para a adesão, qualificada, dos adolescentes às atividades que devem cumprir.

A relevância deste projeto reside na aposta de que, dadas as condições para o adolescente cumprir a medida ao mesmo tempo em que possa conhecer, desenvolver e expor suas habilidades, se perceba com novos olhos e circule de outra maneira em sua comunidade. A qualificação do atendimento – de como se escuta e daquilo que se oferta ao atendido - pode ser potente quando pensamos a prevenção da violência.

O Projeto promove ainda articulação da rede de atendimento ao adolescente, ampliação do número de unidades acolhedoras de PSC, compartilhamento de experiências exitosas, formação continuada dos trabalhadores e sistematização de práticas que poderão ser aproveitadas por outras unidades acolhedoras.

(o) Reincidência Juvenil

Iniciamos em 2016, o diagnóstico sobre reincidência infracional em parceria com a Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (CASA), voltado à identificação dos principais fatores de risco e proteção de adolescentes e jovens cumprindo medida de internação no Estado de São Paulo.

Dentre os avanços, destacam-se a realização de entrevistas com 83 adolescentes internados em cinco unidades da Fundação CASA a partir de um questionário elaborado em conjunto com técnicos da Fundação.

(p) Protestos Seguros

Iniciado no 2º semestre de 2016, trata-se de um projeto que irá buscar boas práticas internacionais em protocolos de atuação policial e regulamento para manifestantes para que estas ajudem a subsidiar o diálogo com forças de segurança e outros atores públicos com vistas a alterar práticas buscando reduzir episódios violentos e garantir o exercício democrático da manifestação.

Instituto Sou da Paz

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em reais

(q) Pesquisa Política de Redução de Homicídios

O projeto tem como objeto caracterizar o fenômeno dos homicídios no Brasil e as políticas públicas de enfrentamento adotadas em nível nacional, além de analisar as ações desenvolvidas por dois estados que lograram reduzir seus índices de violência letal nos últimos anos: Paraná e São Paulo.

Projetos encerrados e liquidados em 2016:

Família na Rede de Proteção

Pesquisa Política De Redução De Homicídios

Pacto Nacional para Redução de Homicídios

Projeto Redução da Violência Armada

Projeto Open Society

2 Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração do Instituto no processo de aplicação das políticas contábeis. Foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos e passivos. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisão para perdas de valores a receber, contingências, na seleção do prazo de vida útil do imobilizado e na valorização das gratuidades recebidas.

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras do Instituto foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, consubstanciadas nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos, ITG 2002 – “Entidade sem finalidade de Lucros” e NBC TG 1000 – “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas”, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros.

O Instituto denomina como "Administrativo" o controle da movimentação dos recursos utilizados para a manutenção da estrutura compartilhada entre os projetos - sede e de recursos humanos - além daqueles captados com este fim exclusivo.

O Instituto denomina como "Provisões Trabalhistas" uma conta exclusiva na qual são depositados mensalmente os valores provisionados para o custeio das obrigações de 13º salário, férias, FGTS e verbas e encargos rescisórios.

A emissão destas demonstrações financeiras foram examinadas e revisadas pelo Conselho Fiscal e aprovadas pela Diretoria Executiva em 11 de abril de 2017.

Instituto Sou da Paz

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em reais

3. Principais políticas contábeis

3.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Instituto atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Instituto e, também, a sua moeda de apresentação.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem bens numerários, depósitos bancários, aplicações interfinanceiras de liquidez e aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e que são utilizados pelo Instituto para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.3 Valores a receber

Os valores a receber são compostos por contratos firmados com financiadores adotando o critério da competência, utilizando-se como base os contratos assinados e conhecidos.

3.4 Obrigações para projetos não realizados

Os valores para projetos não realizados são compostos por valores recebidos e respectivas parcelas a receber dos financiadores de acordo com os contratos firmados, ainda não aplicados nos projetos relacionados.

3.5 Demais ativos

Os ativos são demonstrados pelos valores conhecidos ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações cambiais auferidas.

3.6 Passivos circulantes

Os passivos circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os correspondentes encargos e as variações monetárias incorridas.

3.7 Imobilizado e intangível

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, formação ou constituição. As depreciações de bens do imobilizado são calculadas pelo método linear, às taxas anuais que levam em consideração o prazo de vida útil-econômica dos bens, sendo 10% para móveis e utensílios, instalações, máquinas e equipamentos, equipamentos eletrônicos, equipamentos de comunicação e equipamento para atividade esportiva e de 20% para equipamentos de processamento de dados.

O intangível é demonstrado pelo custo incorrido na aquisição deduzido do saldo da respectiva conta de amortização. A amortização é calculada pelo método linear, à taxa anual de 20% para *softwares*.

Instituto Sou da Paz

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em reais

3.8 Provisão para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados periodicamente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo é testado. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

3.9 Apuração do resultado

As receitas de contribuições são reconhecidas contabilmente de acordo com os contratos firmados com financiadores adotando o critério da competência, utilizando-se como base os contratos assinados e as despesas incorridas.

As receitas de donativos, provenientes de doações espontâneas, são reconhecidas contabilmente quando recebidas e registradas conforme sua origem. As demais despesas e receitas são apuradas pelo regime de competência.

As receitas com gratuidades são reconhecidas contabilmente de acordo com o benefício de desconto firmado entre os fornecedores ou prestador de serviço e o Instituto, adotando o critério de competência.

3.10 Benefícios a empregados

O Instituto não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria para os empregados e dirigentes. E também não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros.

Durante os exercícios de 2016 e de 2015 os principais eventos identificados foram o reconhecimento do valor justo das gratuidades recebidas.

5 Caixa e Equivalentes de caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa estão compostos por Bens numerários, Depósitos bancários, Aplicações interfinanceiras de Liquidez e Certificados de Depósito Bancário, conforme segue:

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Bens Numerários	7.269	2.943
Depósitos Bancários	92.152	183.234
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.007.162	4.922.834
TOTAL	6.106.583	5.109.011

Instituto Sou da Paz

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em reais

Caixa e Equivalentes de Caixa, acima demonstrados, estão separados por projeto nos seguintes montantes:

(a) Bens Numerários

<u>Projeto</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Administrativo	2.287	2.196
Prêmio Polícia Cidadã	-	434
Família na Rede de Proteção	-	313
OSI Institucional	3.612	-
Executive Fund	1.370	-
	7.269	2.943

(b) Depósitos Bancários

<u>Banco – Conta corrente</u>	<u>Projeto</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Itaú S.A. - 00.775-4	Administrativo	32.268	108.096
Itaú S.A. - 00.787-9	Administrativo	16.495	37.211
B.Brasil. - 23.628-4	Administrativo	14.092	-
Itaú S.A. - 00.296	OSI Institucional	3.932	18.683
Itaú S.A. - 00.783-8	Boletim de Roubos	-	15.494
Itaú S.A. - 00.773-9	PMEC's	-	1.719
Itaú S.A. - 00.769-7	Administração	58	1.184
Itaú S.A. - 00.771-3	Prêmio Polícia Cidadã 2015	-	401
Itaú S.A. - 00.767-1	Executive Fund	2	152
Itaú S.A. - 00.766-3	Projeto em Aprovação	-	143
Itaú S.A. - 00.789-5	Projetos em Aprovação	-	142
Itaú S.A. - 00.785-3	Projetos em Aprovação	-	68
Itaú S.A. - 01.303-4	Open Society 2013	-	-
Itaú S.A. - 00.769-7	Protestos	3.524	-
Itaú S.A. - 01.302-6	PPC 2016	517	-
Itaú S.A. - 00.302-7	Pesquisa Processamento	46	-
Itaú S.A. - 00.783-8	Sou da Paz Analisa	701	-
Itaú S.A. - 00.773-9	Balanço e Gestão de Metas	1.479	-
Itaú S.A. - 00.785-3	Câmeras Cidadãs	17.849	-
Itaú S.A. - 00.304-3	Adolescentes	1.184	-
Itaú S.A. - 00.789-5	Política de Redução	5	(59)
TOTAL		92.152	183.234

Instituto Sou da Paz

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em reais

(c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

<u>Descrição</u>	<u>Projeto</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
DI Compromissada Itaú 00.775-4	Administrativo	4.277.001	4.195.123
CDB 00.775-4	Administrativo	120.620	-
DI Compromissada 00.787-9	Provisões Trabalhistas	516.543	429.189
Compromissada DI 00.771-3	Prêmio Polícia Cidadã 2015	-	138.281
Compromissada 00.296-1	OSI Institucional	218.314	136.255
Compromissada 00.783-8	Boletim de Roubos	-	23.986
Compromissada 01.302-6	PPC 2016	28.215	-
Compromissada 00.783-8	Sou da Paz Analisa	18.724	-
Compromissada 00.773-9	Balanço e Gestão de Metas	30.096	-
Compromissada 00.785-3	Câmeras	248.143	-
Compromissada 00.304-3	Adolescentes	25.365	-
Compromissada 23.523-7	Reincidência	85.793	-
Compromissada 23.627-6	Troca de Tecnologia	41.424	-
Compromissada 23.626-8	PSC	101.161	-
CDB Itaú 00.787-9	Provisões Trabalhistas	78.994	-
CDB Itaú 00.304-3 (Provisões)	Adolescentes	16.288	-
CDB BB 23.523-7	Reincidência	2.618	-
CDB BB 23.626-8	PSC	2.680	-
CDB BB 23.627-6	Troca e Tecnologias	2.874	-
CDB Itaú 00.769-7	Protestos	192.310	-
TOTAL		6.007.162	4.922.834

O resultado contabilizado em 2016 com a receita de aplicações financeiras foi de R\$ 821.809 (2015 – R\$772.819) e está apresentado na demonstração do resultado do exercício em “Receitas com aplicações financeiras”.

6 Valores a receber

O montante de R\$ 1.134.175 (2015 – R\$ 1.444.554) corresponde a valores a receber referentes aos projetos em andamento, descritos na Nota 1, com um prazo médio de recebimento dos valores inferiores a 365 dias.

<u>Financiador</u>	<u>Projeto</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Open Society Institute	Executive Fund	-	312.336
Open Society Institute	OSI Institucional	-	1.132.218
Secretaria Municipal	Adolescentes	396.729	-
Secretaria de Desenvolvimento	PSC	171.971	-
Secretaria de Desenvolvimento	Reincidência	214.445	-
Secretaria de Desenvolvimento	Troca de Tecnologias	155.520	-
Foundation Open Society	Protestos Seguros	65.170	-
Foundation Open Society	Combate à Impunidade de Homicídios	130.340	-
TOTAL		1.134.175	1.444.554

Instituto Sou da Paz

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em reais

7 Outros Créditos

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Impostos a Recuperar	750	750
Adiantamentos de Férias	32.681	14.378
Adiantamentos a Terceiros	35	501
	<u>33.466</u>	<u>15.629</u>

8 Aplicações financeiras – ativo não circulante

A aplicação financeira (Fundo de investimento referenciado) no montante de R\$ 193.669 (2015 – R\$ 181.439), refere-se à conta investimento restrita (bloqueada) em nome do Instituto, referente a recursos de um projeto já finalizado, em que o Instituto utilizou recursos próprios para sua execução. Devido à demora nos trâmites internos do Ministério do Esporte na liberação dos recursos constantes na conta, o Instituto tomou medidas administrativas e jurídicas para a liberação desses recursos, aguardando que qualquer das mesmas solucione a questão.

O Instituto entende que este valor é de difícil realização, desta forma, foi constituída a provisão para perda desse ativo no valor de R\$ 193.669 (2015 – R\$ 181.439), conforme balanço patrimonial – “Provisão para crédito de liquidação duvidosa”.

9 Depósitos Judiciais

O Decreto 8.426/2015 de julho de 2015, instituiu a incidência da COFINS sobre as Receitas Financeiras à alíquota de 4%. Entretanto, o Instituto optou por discutir judicialmente este tributo com base em orientações de sua assessoria jurídica (Nota 15(b)).

Desta forma o Instituto vem efetuado a partir de janeiro de 2016, os recolhimentos das COFINS através de Depósito Judicial, às contas de cada referido projeto. O saldo de R\$46.256 é composto da seguinte forma:

Instituto Sou da Paz

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em reais

Projeto	2016	2015
Administrativo	39.203	-
Boletim de Roubos	387	-
Prêmio Polícia Cidadã 2015	774	-
OSI Institucional	3.500	-
PMEC's	49	-
Agenda Prioritária	45	-
Executive Fund	858	-
Família na Rede de Proteção	49	-
PPC 2016	410	-
Política Redução de Homicídios	71	-
Mecanismos Part. Segurança Pública	8	-
Pesquisa Processamento Homicídio	39	-
Pacto Nacional p/ redução Homicidio	15	-
Sou da Paz Analisa	211	-
Balanço e Gestão de Metas	80	-
Câmeras Cidadãs	505	-
Protestos	51	-
	<hr/>	
	46.256	-
	<hr/>	

Instituto Sou da Paz

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em reais

(b) Imobilizado – Depreciação

Descrição	Projeto	Em		Baixas	Em	
		01/01/2016	Depreciação		31/12/2016	31/12/2015
Móveis e Utensílios	Administrativo	(42.299)	(6.688)	-	(48.987)	(42.298)
Instalações	Administrativo	(42.313)	(3.258)	-	(45.571)	(42.312)
Computadores e Periféricos	Administrativo	(100.943)	(16.284)	-	(117.227)	(100.943)
Máquinas e Equipamentos	Administrativo	(27.656)	(6.158)	-	(33.814)	(27.656)
Computadores e Periféricos	Boleim de Roubos	(1.123)	(556)	1.679	(0)	(1)
Máquinas e Equipamentos	Executive Fund	(201)	(288)	489	-	(1)
Computadores e Periféricos	OSI Institucional	(173)	(1.438)	-	(1.611)	(173)
Máquinas e Equipamentos	OSI Institucional	(17)	(69)	-	(86)	(17)
TOTAL		(214.725)	(34.739)	2.168	(247.296)	(214.725)
TOTAL IMOBILIZADO LÍQUIDO		116.665	(3.211)	(4.890)	108.564	116.665

Descrição	Projeto	Em		Baixas	Transferência ente Projetos	Em	
		01/01/2015	Depreciação			31/12/2015	31/12/2015
Móveis e Utensílios	Administrativo	(49.220)	(10.722)	18.054	(410)	(42.298)	
Instalações	Administrativo	(42.953)	641	-	-	(42.312)	
Computadores e Periféricos	Administrativo	(110.924)	(17.964)	29.545	(1.600)	(100.943)	
Máquinas e Equipamentos	Administrativo	(27.822)	(3.615)	3.960	(179)	(27.656)	
Móveis e Utensílios	OSI 2013	(223)	(30)	-	252	(1)	
Computadores e Periféricos	OSI 2013	(1.065)	(176)	-	1.240	(1)	
Móveis e Utensílios	ECE 2014	(124)	(34)	-	158	-	
Computadores e Periféricos	ECE 2014	(180)	(180)	-	360	-	
Máquinas e Equipamentos	ECE 2014	(147)	(33)	-	179	-	
Computadores e Periféricos	Boleim de Roubos	(288)	(835)	-	-	(1.123)	
Máquinas e Equipamentos	Executive Fund	-	(201)	-	-	(201)	
Computadores e Periféricos	OSI Institucional	-	(173)	-	-	(173)	
Máquinas e Equipamentos	OSI Institucional	-	(17)	-	-	(17)	
TOTAL		(232,946)	(33,338)	51,559	0	(214,725)	
TOTAL IMOBILIZADO LÍQUIDO		130,873	(33,338)	(8,805)	0	116,665	

O montante baixado da depreciação do imobilizado de R\$ 2.168 (2015 – 51.559) é composto, em sua totalidade, por valores referentes a doações realizadas pelo Instituto.

(c) Imobilizado Líquido

Descrição	Projeto	2016	2015
Móveis e Utensílios	Administrativo	21.418	28.106
Instalações	Administrativo	3.392	6.650
Computadores e Periféricos	Administrativo	30.014	40.224
Máquinas e Equipamentos	Administrativo	31.612	32.849
Computadores e Periféricos	Boletim de Roubos	-	3.050
Máquinas e Equipamentos	Executive Fund	-	2.684
Computadores e Periféricos	OSI Institucional	16.707	2.426
Máquinas e Equipamentos	OSI Institucional	608	677
Computadores e Periféricos	Reincidência	1.926	-
Computadores e Periféricos	PSC	2.888	-
TOTAL		108.564	116.665

11 Intangível

O intangível é composto basicamente por softwares, marcas e patentes conforme segue:

Descrição	Em 01/01/2016	Amortização	Em 31/12/2016
Marcas e Patentes – Sou da Paz	620	-	620
Software – Sou da Paz (Custo)	33.593	-	33.593
Software – Sou da Paz (Amortização)	(32.076)	(1.266)	(33.342)
TOTAL	2.137	(1.266)	871

Descrição	Em 01/01/2015	Amortização	Em 31/12/2015
Marcas e Patentes – Sou da Paz	620	-	620
Software – Sou da Paz (Custo)	33.593	-	33.593
Software – Sou da Paz (Amortização)	(29.211)	(2.865)	(32.076)
TOTAL	5.003	(2.865)	2.138

12. Projetos

(a) Contribuições e Participações Vinculadas a Projetos

Patrocinador	Projeto	2016	2015
Foundation Open Society	OSI Institucional	954.810	682.161
Open Society Institute	Executive Fund	302.668	199.434
Claudio Luiz da Silva Haddad	Prêmio Polícia Cidadã 2016	188.251	-
Secretaria Municipal de Direitos Humanos SP	Adolescentes	185.787	-
Imprensa Oficial	Prêmio Polícia Cidadã 2015	130.001	126.798
TVML Foundation	Sou da Paz Analisa	123.594	-
Itaú Unibanco	Câmeras Cidadãs	123.316	-
PNUD/SENASP	Pesquisa Política de Redução	119.391	-
Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social SP	Troca e Tecnologias	82.386	-
ABJ	Pesquisa Processamento	81.011	-
The World Bank Group	Mecanismo de Participação	78.006	-
Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social SP	PSC	72.321	-
Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social SP	Reincidência	69.676	-
Instituto Betty E A. Jacob Lafer	Balanço e Gestão de Metas	69.352	-
Fundação de Desenvolvimento e Pesquisa	Pacto Nacional de Homicídios	68.531	-
TVLM Foundation	Boletim de Roubos	27.515	398.812
Foundation Open Society	Protestos	25.901	-
Hedding Griffo	PMEC's	666	119.624
Porticus Latin America	Família na Rede de Proteção	362	179.511
Open Society Institute	Prisão Provisória	-	236.486
Open Society Institute	OSI 2013	-	107.679
Globo Comunicações e UNESCO	ECE 2014	-	(4.249)
Imprensa Oficial	Prêmio Polícia Cidadã 2014	-	6.292
Foundation Open Society	Abordagem Policial	-	33.416
Royal Norwegian Ministry	Redução de Violência Armada	-	112.362
Instituto Betty Laffer	Agenda Prioritária	-	101.453
TOTAL		2.703.545	2.299.778

Instituto Sou da Paz

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em reais

(b) Custos com projetos

Projeto	Despesa com		Provisões	Programa de	Assist. Médica e	Serviços de	Transportes	Despesas	Despesas	Custos	2016	2015
	Pessoal	Encargos										
OSI Institucional	350.704	130.044	65.304	16.664	4.298	111.478	315	104.151	5.267	232.040	1.020.265	735.485
Executive Fund	47.529	21.179	-	269	-	130.040	-	109.435	1.148	12.634	322.233	214.700
Prêmio Polícia Cidadã 2016	62.301	21.947	17.424	2.185	779	23.715	-	39.039	957	31.000	199.349	-
Adolescentes	77.919	29.814	11.218	7.227	-	47.331	3.885	13.551	446	-	191.391	-
Câmeras Cidades	24.940	9.245	2.486	1.850	47	-	109	5.277	446	94.349	138.749	-
Prêmio Polícia Cidadã 2015	10.770	7.256	6.085	1.623	-	78.719	-	25.496	540	5.000	135.489	154.178
Sou da Paz Análisa	60.201	28.225	15.487	3.057	1.243	-	502	1.114	1.764	17.559	129.151	-
Política de Redução	33.173	11.030	9.895	2.530	899	3.299	-	11.646	812	47.866	121.140	-
Troca e Tecnologias	44.100	15.253	17.183	2.419	889	3.152	546	2.514	216	-	85.383	-
Pesquisa Processamento	6.876	352	315	362	164	11.817	187	23.332	460	38.159	78.094	-
Mecanismo de Participação	-	-	-	-	-	18.689	766	1.158	764	56.717	76.641	-
PSC	33.702	11.522	12.667	3.961	917	3.152	273	10.237	209	-	76.641	-
Reincidência	37.713	11.880	13.392	2.303	907	3.152	-	3.804	244	-	73.396	-
Balanco e Gestao de Metas	-	-	-	-	-	10.439	-	41.612	596	19.150	71.797	-
Pacto Nacional	13.638	4.699	4.226	1.088	248	15.600	-	98	663	28.657	68.917	-
Protestos	-	-	-	-	-	-	-	7.499	954	20.847	29.300	-
Boletim de Roubos	7.502	3.259	6.932	1.148	1.110	-	171	4.307	482	2.920	27.831	420.866
PMEC's	-	-	-	-	-	-	-	-	-	666	666	121.037
Família na Rede de Proteção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	362	362	188.276
Abordagem Policial 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33.649
Prêmio Polícia Cidadã 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.550
Redução da Violência Armada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	114.422
Agenda Prioritária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	104.460
Open Society 2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	109.237
Prisão Provisória	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	238.802
	824.915	308.066	168.766	46.949	9.256	460.583	7.378	405.714	16.011	604.539	2.852.177	2.441.662

c) Despesas operacionais e administrativas

Descrição	Projeto	2016	2015
Despesas com Pessoal	Administrativo	1.293.220	1.663.924
Despesas Gerais e Administrativas	Administrativo	271.507	594.122
Provisão para Perda (Nota 8)	Administrativo	12.230	181.439
Reversão/Despesa de Provisões para contingências	Administrativo	(14.000)	14.000
Despesa com Gratuidade (Nota 20)	Administrativo	219.035	549.868
TOTAL		1.781.992	3.003.353

d) Donativos

Descrição	Projeto	2016	2015
Contribuições no Exterior (*)	Administrativo	190.209	-
Contribuições Pessoas Jurídicas	Administrativo	1.200.699	1.001.429
Contribuições Pessoas Físicas	Administrativo	-	342
Mensalidades e Contribuições	Administrativo	24.815	28.145
Custos com Doações de Bens	Administrativo	4.890	14.241
TOTAL		1.420.613	1.044.156

(*) Contribuições no exterior referem-se aos valores recebidos a título de captação de recursos para fins institucionais, provenientes de financiadores de outras organizações ou empresas com sede no exterior.

13 Outras obrigações

Descrição	2016	2015
Impostos e Contribuições a recolher	1.944	1.799
Obrigações Previdenciárias	78.893	54.596
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	26.357	16.442
Salários a pagar	1.000	83.425
Provisões Trabalhistas (*)	427.356	442.498
TOTAL	535.550	598.759

(*) O saldo inclui provisões sobre FGTS, INSS, Férias, 13º salário e demais verbas rescisórias.

14 Obrigações para projetos não realizados

O montante de R\$ 2.106.082 (2015 – R\$ 1.731.378) corresponde aos valores recebidos de financiadores ainda não aplicados nos seus respectivos projetos.

Projeto	2016	2015
OSI Institucional	220.922	1.257.923
Executive Fund	1.372	315.172
Prêmio Polícia Cidadã 2015	792	133.865
Adolescentes	423.059	-
Boletim de Roubos	-	22.341
PMEC's	-	1.764
Família na Rede de Proteção	-	313
Pesquisa Homicídios	4	-
Prêmio Polícia Cidadã 2016	25.782	-
Mecanismo Participação na Segurança Pública	190	-
Pesquisa Processamento	56	-
Sou da Paz Analisa	14.794	-
Balanco e Gestão de Metas	29.763	-
Câmeras Cidadãs	267.584	-
PSC	262.921	-
Troca de Tecnologias	179.599	-
Reincidência	287.987	-
Protestos	260.919	-
Combate à Impunidade de Homicídios	130.340	-
TOTAL	2.106.082	1.731.378

15 Contingências**(a) Imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISS**

O Instituto Sou da Paz, em razão de sua natureza de entidade sem fins lucrativos de assistência social, requereu perante a Prefeitura Municipal de São Paulo, em 20/08/2008, pedido de reconhecimento de sua imunidade tributária ao ISS – Imposto sobre Serviços, com base no art. 150, VI, 'c' da Constituição Federal. O processo, sob nº 2008-0.308.088-0, tramita na esfera administrativa sem qualquer decisão até a presente data.

Em razão de não ter sido finalizada a análise do mérito do pedido de reconhecimento de imunidade, o Fisco autuou o Instituto referente aos exercícios de 2008, 2009 e 2010 (Auto de Infração nº 66815525 – 2008 e Autos de Infração nº 66.953.715, 66.953.685 e 66.953.677 – 2009 e Auto de Infração 67.107.010 - 2010), para evitar a decadência referente aos eventuais débitos.

O Instituto Sou da Paz apresentou defesa administrativa em 19/12/2013, em 23/12/2014 e 04/12/2015, referente aos exercícios de 2008, 2009 e 2010, respectivamente, questionando a autuação com base no art. 15 da Instrução Normativa SF/SUREM nº 3 de 01/02/2008, que determina que o trâmite regular de pedido de reconhecimento de imunidade é causa suspensiva de exigibilidade de título.

A Secretaria de Finanças deferiu parcialmente o reconhecimento de imunidade do ISS, em janeiro de 2016, abrangendo exclusivamente os serviços prestados sob os códigos de serviços nº 02097 e 05762. Sendo mantida a tributação sob os demais códigos. Dessa decisão o Instituto recorreu administrativamente e continua aguardando julgamento de seu Recurso.

Na hipótese de não ser reconhecida a imunidade do Instituto ao ISS, o montante de imposto a recolher apurado sobre eventuais prestações de serviço realizadas pelo Instituto Sou da Paz em 2008 refere-se a valores históricos em cerca de R\$ 90.000, em 2009 a R\$ 86.470 e em 2010 a R\$ 85.079.

No exercício de 2016, devido ao parecer jurídico de remoto reconhecimento de imunidade a efetivos serviços prestados pelo Instituto em anos anteriores, conforme informado anteriormente, foi definido pelo Conselho Fiscal a quitação do ISS junto à Prefeitura. Conforme avaliação foi concluída a inexistência de débitos devidos pelo Instituto dessa natureza, em função de não existir nenhum valor de ISS por emissão de Nota Fiscal de serviços pendente de pagamento junto a PMSP – Prefeitura do Município de São Paulo, conforme consultas junto ao órgão competente. Sendo portanto, efetuada a reversão da provisão para contingência fiscal registrada anteriormente, no valor de R\$14.000.

(b) PIS/PASEP e COFINS

A partir de 1º de julho de 2015, com vigência do Decreto nº 8426/2015, as pessoas jurídicas tributadas com base no regime não cumulativo devem apurar a contribuição para PIS/PASEP e a COFINS pelas alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente.

Define a Lei nº 10.637/02, em seu art. 8º, e a Lei nº 10.833/03, em seu art. 10, que as pessoas jurídicas imunes a impostos ficam sujeitas ao regime cumulativo das contribuições. Assim, por não haver tratamento específico, as pessoas jurídicas isentas, como o Instituto, se sujeitariam ao regime não cumulativo, e, portanto, deveriam tributar suas receitas financeiras conforme o Decreto nº 8.426/2015, que traz as alíquotas de 0,65% para PIS/PASEP e 4% para COFINS. Visto que, conforme art. 13 da Medida Provisória nº 2.158-35/01, a contribuição para o PIS/PASEP de entidades isentas é calculada sobre a folha de salários, somente ocorreria a apuração de COFINS sobre as receitas financeiras das entidades isentas.

O Instituto optou por discutir judicialmente o tributo com base em orientação de seus advogados, por meio de mandado de segurança preventivo, com pedido de liminar extraordinário, tendo como base: Inconstitucionalidade da instituição do tributo, com base na imunidade, respaldada no artigo 195, § 7º da Constituição Federal, amparada pelo Artigo 3º da Lei nº 8.742/93 (Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS).

Em 2016 o Instituto efetuou recolhimento em juízo, por meio de depósitos judiciais no montante de R\$46.256, enquanto aguarda o resultado da discussão judicial (Nota 9).

16 Outras Contas a Pagar

Descrição	2016	2015
Alugueis a Pagar	10.983	10.439
Seguros a Pagar	4.356	-
Cofins a pagar – Adm	41.575	19.030
Cofins a pagar - Convênios	8.094	-
TOTAL	65.008	29.469

17 Patrimônio Líquido

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Patrimônio Social	4.703.094	4.305.070
TOTAL	4.561.086	4.305.070

O saldo do patrimônio social será aplicado em projetos e também na manutenção do Instituto nos exercícios futuros e, não poderão ser distribuídos entre os associados, diretores, instituidores, benfeitores ou qualquer outra pessoa física ou jurídica, direta ou indiretamente.

Na hipótese de dissolução do Instituto, seu patrimônio líquido será transferido à outra pessoa jurídica sem fins lucrativos, qualificada nos termos de lei vigente, aplicável a entidades sem fins lucrativos, e que preferencialmente, tenha o mesmo objeto social do Instituto.

18 Derivativos

O Instituto não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2016 e de 2015.

19 Aplicação dos recursos

Os recursos recebidos devem ser aplicados segundo as finalidades institucionais do Instituto, de acordo com seu Estatuto Social.

20 Gratuidades recebidas e trabalhos voluntários ou Pro-Bono

As gratuidades e trabalhos voluntários ou pro-bono identificados pela Administração como tendo sido prestados no exercício de 2016, bem como o seu valor justo, podem ser assim descritos e estão registrados na demonstração do resultado nas contas de "Receitas de Gratuidades", de "Custos com projetos" e "Despesas Gerais e Administrativas".

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Conselheiros	152.895	141.893
Prestação de Serviços	66.140	407.975
TOTAL	219.035	549.868

O valor justo dos trabalhos voluntários descritos acima foi determinado a partir do valor que o Instituto estaria disposto a pagar a um terceiro para que ele prestasse o mesmo serviço prestado pelo voluntário.

Nesse sentido a administração fez sua melhor estimativa de valor justo com base em informações do próprio prestador de serviço, uma vez que em geral, ele também presta o mesmo serviço para outras entidades, mas com remuneração, e/ou com base em informações de mercado, especialmente no caso de prestação de serviços para a qual há um mercado ativo e maduro, onde as informações sobre o custo dos

serviços é amplamente divulgado ou de fácil obtenção, sempre considerando o porte e a complexidade das operações do Instituto.

21 Seguros

Em 31 de dezembro de 2016, o Instituto possui seguros de responsabilidade civil, equipamentos e predial no valor de R\$ 11.730,56 (2015 – R\$ 18.330).

22 Eventos subsequentes

(a) Até a data de emissão destas demonstrações financeiras, foram aprovados e ou renovados os seguintes projetos conforme abaixo:

OSF Projetos Institucionais 2017/2019

Práticas Policiais para o controle de Drogas

(b) Em 31 de dezembro de 2016, uma Liminar resguardava o recolhimento COFINS sobre aplicação financeira mediante depósitos judiciais que foram realizados até a competência janeiro de 2017. Em 16 de janeiro de 2017, foi proferida sentença denegando o reconhecimento de isenção sobre este tributo e suspendendo os referidos depósitos judiciais, razão pela qual a partir da competência fevereiro de 2017, a COFINS sobre aplicação financeira vem sendo recolhida conforme os trâmites normais. Dessa sentença, o Instituto apresentou Recurso de Apelação, sem julgamento até o momento da emissão dessas demonstrações financeiras.

* * *